A IMPORTÂNCIA DA FARMÁCIA POPULAR NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Autor(res)

Flavia Soares Lassie
Manoela Nunes Bianchi

Categoria do Trabalho

TCC

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE LINHARES

Introdução

Este estudo aborda a importância da Farmácia Popular no atendimento à população de baixa renda, destacando seu papel no acesso a medicamentos, na redução do impacto financeiro sobre as famílias e no combate à desigualdade social. O programa, criado pelo Ministério da Saúde, é um exemplo relevante de política pública voltada à promoção da saúde, permitindo o acesso a medicamentos essenciais de forma mais acessível e com controle, já que exige receita médica, contribuindo para a redução da automedicação.
A análise contempla a origem, evolução e relevância da Farmácia Popular como instrumento de acesso universal e equitativo aos medicamentos, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população. Dados da OMS e de instituições brasileiras mostram que famílias de baixa renda destinam até dois terços dos seus gastos com saúde à compra de remédios, o que reforça a importância do programa na diminuição do impacto no orçamento doméstico.
O texto também destaca os esforços do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais para garantir o fornecimento de medicamentos gratuitos na rede pública. Em muitos casos, cidadãos que utilizam serviços de saúde privados acabam dependendo do setor público para obter medicamentos, revelando um desafio para a gestão pública. Assim, o programa reforça o papel do Estado na efetivação do direito à saúde.

Objetivo

O estudo objetiva analisar a importância do Programa Farmácia Popular para ampliar o acesso da população de baixa renda a medicamentos essenciais, reduzindo desigualdades em saúde, promovendo adesão a tratamentos e prevenindo complicações que resultariam em hospitalizações evitáveis.

Material e Métodos

A pesquisa utilizou metodologia de revisão bibliográfica integrativa, com levantamento de dados em bases científicas como Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PubMed e Google Scholar. Foram aplicados descritores como “Farmácia Popular”, “Políticas Públicas de Saúde”, “Acesso a Medicamentos” e “Populações de Baixa Renda”, combinados pelo operador booleano “AND”. A busca priorizou artigos completos publicados entre 2019 e 2024, em português, inglês e espanhol, garantindo atualidade e relevância. Critérios de inclusão restringiram-se a estudos que abordassem diretamente o impacto do programa no acesso a medicamentos e na

melhoria das condições de saúde da população vulnerável. Foram excluídos materiais incompletos, duplicados ou que não apresentassem relação com o tema central. A análise dos artigos selecionados consistiu em leitura crítica e sistemática, buscando identificar as principais contribuições do Programa Farmácia Popular, seus resultados em termos de acesso universalizado, redução de custos familiares, promoção de adesão terapêutica e impacto na diminuição das desigualdades sociais.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que o Programa Farmácia Popular (PFPB), instituído em 2004, ampliou significativamente o acesso a medicamentos essenciais, inicialmente por meio de unidades próprias e, posteriormente, por meio da rede conveniada com farmácias privadas. A partir de 2025, passou a oferecer gratuitamente 100% dos medicamentos e insumos de seu elenco, contemplando 12 indicações, entre elas hipertensão, diabetes, asma, osteoporose, dislipidemia, doença de Parkinson, glaucoma, além de fraldas geriátricas e absorventes higiênicos.
Estudos analisados indicam que a ampliação do programa contribuiu para reduzir hospitalizações e mortalidade relacionadas a doenças crônicas, além de melhorar a adesão ao tratamento. Municípios com maior cobertura do programa registraram queda nas taxas de internação por hipertensão e diabetes, evidenciando o efeito positivo do acesso ampliado. Também foi identificado o “transbordamento espacial”, ou seja, municípios vizinhos a localidades atendidas pelo programa se beneficiaram indiretamente.
Do ponto de vista econômico, o PFPB reduziu o comprometimento da renda familiar com a compra de medicamentos, liberando recursos para outras necessidades básicas. Para o Sistema Único de Saúde (SUS), a prevenção de complicações diminuiu a sobrecarga hospitalar e os gastos públicos. Além disso, a exigência de receita médica para retirada de medicamentos inibiu a automedicação, um problema grave de saúde pública.
Entretanto, foram apontados desafios relacionados à sustentabilidade financeira e à necessidade de expansão da cobertura. A crescente demanda e os altos investimentos exigem políticas contínuas e monitoramento para assegurar a manutenção do programa. Ainda assim, o Farmácia Popular se consolidou como ferramenta estratégica na promoção da saúde pública, redução das desigualdades e fortalecimento da cidadania, representando um marco social no Brasil.

Conclusão

Conclui-se que a Farmácia Popular é essencial para garantir acesso universal e gratuito a medicamentos e insumos de saúde, especialmente para a população de baixa renda. O programa contribui para a redução de desigualdades, melhora da qualidade de vida, adesão terapêutica e economia de recursos públicos, reforçando o papel do Estado na promoção do direito à saúde.

Referências

BARBOSA, P. R. Monitoramento e Avaliação em Políticas Públicas. São Paulo: XYZ, 2022.
BERMUDEZ, J. A. Z. et al. O Programa Farmácia Popular do Brasil. Ciênc. Saúde Coletiva, 2012.
BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Farmácia Popular do Brasil. Brasília, 2004.
COSTA, K. S. et al. Farmácia Popular Program: characterization and evolution. Rev. Saúde Pública, 2017.
FREITAS, C. et al. A importância da Farmácia Popular. Rev. Saúde Pública, 2020.
GADELHA, C. A. G. et al. A importância da Farmácia Popular para o SUS. Cad. Saúde Pública, 2011.
MEDICI, A. C. Sustentabilidade do financiamento da saúde. Panorama de Políticas Públicas, 2013.
NUNES, J. S. et al. Impacto do programa Farmácia Popular. Saúde em Debate, 2016.
SILVA, R. M. et al. O papel da Farmácia Popular. Physis, 2014.

WHO. Equity, social determinants and public health programmes. Geneva: WHO, 2010.